

Alerta Legislação, nº 50, de 15 a 20 dezembro de 2014

Boletim semanal

Casa Civil do Estado de São Paulo • Biblioteca
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo do Estado de São Paulo

■ **DELIBERAÇÃO CEE 130, DE 10-12-2014**

Fixa normas para autorização, reconhecimento, renovação do reconhecimento de cursos e programas de educação superior na modalidade a distância para as Instituições vinculadas ao sistema de ensino do Estado de São Paulo, e dá outras providências

■ **AVISO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA 003/2014**

Apresentação e Discussão da Proposta de Deliberação Arsesp que Dispõe Sobre a Inclusão de Mecanismos Tarifários de Contingência no Programa de Incentivo à Redução do Consumo de Água da Sabesp

■ **DELIBERAÇÃO ARSESP-536, DE 18-12-2014**

Estende o período de vigência do Programa de Incentivo à Redução do Consumo de Água da Sabesp

LEGISLAÇÃO FEDERAL

PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
16/12/2014	<u>DECRETO Nº 8.379, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Altera o Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica. <u>DECRETO Nº 8.378, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Remaneja temporariamente cargos em comissão para a Casa Civil da Presidência da República, destinados às atividades de que trata o parágrafo único do art. 11 da Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. <u>DECRETO Nº- 8.377, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Altera o Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983, que aprova o regulamento para as polícias militares e corpos de bombeiros militares (R-200).
15/12/2014	<u>LEI Nº 13.053, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Altera a lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014.

MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Atos do Congresso Nacional (CN)	<u>DECRETO LEGISLATIVO Nº- 277, DE 2014</u> Fixa o subsídio para a Presidenta e o Vice-Presidente da República e para os Ministros de Estado e revoga os Decretos Legislativos nºs 805, de 20 de dezembro de 2010, e 210, de 1º de março de 2013. <u>DECRETO LEGISLATIVO Nº- 276, DE 2014</u> Fixa o subsídio para os membros do Congresso Nacional, revoga os Decretos Legislativos nºs 805, de 20 de dezembro de 2010, e 210, de 1º de março de 2013; e dá outras providências.
Presidência da República (PR)	SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS (SDH) <u>PORTARIA Nº- 717, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Institui o Observatório de Recomendações Internacionais em Direitos Humanos - ObservaDH.
Ministério da Cultura (MinC)	AGÊNCIA NACIONAL DE CINEMA (ANCINE) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº-116, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Dispõe sobre as normas gerais e critérios básicos de acessibilidade a serem observados por projetos audiovisuais financiados com recursos públicos federais geridos pela ANCINE; altera as Instruções Normativas nº. 22/03, 44/05, 61/07 e 80/08, e dá outras providências
Ministério da Educação (MEC)	COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES) <u>PORTARIA Nº 168, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Dispõe sobre a vinculação das bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado dos programas estratégicos da Diretoria de Programas e Bolsas no País INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP) <u>PORTARIA Nº 599, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014</u> [...] Art. 1º Publicar os resultados do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição referente ao ano de 2013 (IGC-2013), conforme Anexo I, e os resultados do Conceito Enade 2013 e do Conceito Preliminar de Curso referente ao ano de 2013 (CPC-2013), conforme anexo II. [...] <u>PORTARIA Nº 597, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014</u> [...] Art. 1º Estabelecer, para as etapas e atividades do processo de realização do Censo da Educação Superior 2014, um cronograma específico para as Universidades Federais, considerando que as informações obtidas no Censo serão utilizadas para o cálculo da matriz orçamentária e outros custeios, e um segundo cronograma para os Institutos e Centros Tecnológicos Federais, Faculdades Isoladas Federais e demais Instituições de Educação Superior - Estaduais, Municipais, Privadas e Especiais. [...]

	SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SERES) <u>NOTA TÉCNICA Nº 1188/2014/ DIREG/SERES-MEC</u> Sistematiza parâmetros e procedimentos para renovação de reconhecimento de Cursos, nas modalidades presencial e a distância, tomando como referência os resultados do ciclo avaliativo 2013, divulgado por meio do Conceito Preliminar de Curso - CPC 2013, em conformidade com o <u>Decreto Federal nº 5.773, de 9 de maio de 2006</u> e suas alterações, e na Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010.
Ministério da Fazenda (MF)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 507, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Estabelece práticas de sustentabilidade socioambiental a serem observadas pelo Ministério da Fazenda e suas entidades vinculadas quando das compras públicas sustentáveis e dá outras providências SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.529, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.300, de 20 de novembro de 2012, que estabelece normas sobre restituição, compensação, ressarcimento e reembolso, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, e dá outras providências. <u>PORTARIA Nº 2.193, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Estabelece parâmetros para a indicação das pessoas físicas a serem submetidas ao acompanhamento econômico-tributário diferenciado no ano de 2015 e dá outras providências. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.528, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 987, de 22 de dezembro de 2009, que disciplina a aquisição, com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, de veículo destinado ao transporte autônomo de passageiros (táxi) e a Instrução Normativa RFB nº 988, de 22 de dezembro de 2009, que disciplina a aquisição de automóveis com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, por pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.527, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 967, de 15 de outubro de 2009, que aprova o Programa Validador e Assinador da Entrada de Dados para o Controle Fiscal Contábil de Transição (FCont).
Ministério da Justiça (MJ)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº- 2.145, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Dispõe sobre a implantação e o funcionamento do processo eletrônico no âmbito do Ministério da Justiça.
Ministério da Previdência Social (MPS)	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) <u>RESOLUÇÃO Nº 460, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Aprova o Plano de Ação 2015 do Instituto Nacional do Seguro Social

	- INSS, e estabelece procedimentos.
Ministério da Saúde (MS)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 2.776, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Aprova diretrizes gerais, amplia e incorpora procedimentos para a Atenção Especializada às Pessoas com Deficiência Auditiva no Sistema Único de Saúde (SUS). AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) - Superintendência de Fiscalização, Controle e Monitoramento <u>RESOLUÇÃO-RE Nº- 4.829, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014</u> [...] Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso do lote MF0105, identificado com validade 06/2015, do medicamento ATENOLAB 50 mg (Atenolol), comprimidos, fabricado por Multilab Indústria e Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda. (CNPJ: 92265552/0001-40). [...] <u>RESOLUÇÃO-RE Nº- 4.828, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Art. 1º Determinar a interdição cautelar do lote 1812 (val.: 24/06/2016) do produto CANELA EM PÓ CHINESA, MARCA: FÃ, embalagem de 30g, fabricado pela empresa Junco Ind. Com. Ltda. (CPNJ: 66.312.653/0001-14), situada à Rua Lineu Anterino Mariano, n.505, Distrito Industrial - Uberlândia/MG. [...] <u>RESOLUÇÃO-RE Nº- 4.827, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014</u> [...] Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso do lote 0058 (val.: maio/2017) do cosmético ALLGEL ANTISSEPTICO PARA AS MÃOS (ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO) - 500g, Registro MS 2.3475.0002, fabricado por Jales Machado S.A. (CNPJ: 02.635.522/0001-95). [...] SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS (SCTIE) <u>PORTARIA Nº- 45, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Torna pública a decisão de ampliar o uso da talidomida para tratamento da síndrome mielodisplásica no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.
Tribunal de Contas da União (TCU)	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU) <u>DECRETO DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014</u> NOMEAR VITAL DO RÊGO FILHO, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro José Jorge de Vasconcelos Lima.
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões	CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM) <u>RESOLUÇÃO Nº- 2.107, DE 25 DE SETEMBRO DE 2014</u> Define e normatiza a Telerradiologia e revoga a Resolução CFM nº 1890/09, publicada no D.O.U. de 19 janeiro de 2009, Seção 1, p.

Liberais	94-5p <u>RESOLUÇÃO Nº- 2.113, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014</u> Aprova o uso compassivo do canabidiol para o tratamento de epilepsias da criança e do adolescente refratárias aos tratamentos convencionais
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
20/12/2014	<u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.255, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Dispõe sobre a concessão de abono complementar aos servidores, na forma que especifica <u>LEI Nº 15.624, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Revaloriza os pisos salariais mensais dos trabalhadores que especifica, instituídos pela Lei nº 12.640, de 11 de julho de 2007 <u>DECRETO Nº 61.003, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Dispõe sobre a Rede de Reabilitação Lucy Montoro e dá providências correlatas
16/12/2014	<u>DECRETO Nº 60.990, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Reduz o valor da taxa que especifica
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>DELIBERAÇÃO CEE 130, DE 10-12-2014</u> Fixa normas para autorização, reconhecimento, renovação do reconhecimento de cursos e programas de educação superior na modalidade a distância para as Instituições vinculadas ao sistema de ensino do Estado de São Paulo, e dá outras providências
Energia (SEE)	AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARSESP) Comunicado <u>AVISO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA 003/2014</u> Apresentação e Discussão da Proposta de Deliberação Arsesp que Dispõe Sobre a Inclusão de Mecanismos Tarifários de Contingência no Programa de Incentivo à Redução do Consumo de Água da Sabesp <u>DELIBERAÇÃO ARSESP-536, DE 18-12-2014</u> Estende o período de vigência do Programa de Incentivo à Redução do Consumo de Água da Sabesp <u>DELIBERAÇÃO ARSESP-535, DE 10-12-2014</u> Aprova a atualização dos valores cobráveis na execução de serviços

	correlatos e acessórios à distribuição de gás canalizado, no âmbito da área de concessão da Companhia de Gás de São Paulo – Comgás
Fazenda (SF)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SF 100, DE 19-12-2014</u> Altera a Resolução SF-83, de 19-11-2014, que divulga os valores de mercado de veículos usados, em unidade de moeda corrente, para efeito de lançamento do IPVA do exercício de 2015 <u>RESOLUÇÃO SF 95, DE 16-12-2014</u> Disciplina a emissão de certidão de débitos tributários não inscritos na dívida ativa do Estado de São Paulo <u>RESOLUÇÃO SF/APE 463, DE 18-12-2014</u> O Secretário da Fazenda Aprova os índices e observações do Comunicado 587 da Assessoria de Política Econômica de 18-12-2014, que fazem parte integrante desta Resolução. [...] <u>RESOLUÇÃO SF/APE 462, DE 18-12-2014</u> Dispõe sobre índices de reajustes de preços de contratos de serviços conforme o disposto no Decreto Estadual 48.326 de 12-12-03 e Resolução da Casa Civil 79 de 12-12-03 <u>RESOLUÇÃO SF 98, DE 18-12-2014</u> Divulga o valor da Receita Corrente Líquida de outubro de 2014 <u>RESOLUÇÃO SF 97, DE 18-12-2014</u> Dispõe sobre os procedimentos a serem realizados pelo Banco do Brasil S/A, agente centralizador de tributos e demais receitas do Estado de São Paulo, visando operacionalizar o depósito dos valores provenientes da cessão dos direitos creditórios de que trata a lei 13.723/2009, nos termos da competência atribuída pelo Decreto 60.975/2014 [Companhia Paulista de Securitização - CPSEC, parcelas do Programa de Parcelamento Especial - PEP do ICM/ICMS] <u>RESOLUÇÃO SF-96, DE 17-12-2014</u> Institui comissão para apuração de indicadores da Secretaria da Fazenda para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela LC 1.079, de 17-12-2008 <u>RESOLUÇÃO SF-95, DE 16-12-2014</u> Disciplina a emissão de certidão de débitos tributários não inscritos na dívida ativa do Estado de São Paulo <u>RESOLUÇÃO SF 94, DE 15-12-2014</u> Estabelece roteiro contábil aplicável ao fluxo financeiro do Programa Especial de Parcelamento PEP, de que trata o Decreto 60.975, de 11-12-2014, com objetivo de atender ao disposto na Lei 13.723, de 29-09-2009 COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (CAT) <u>PORTARIA CAT-137, DE 18-12-2014</u> Altera a Portaria CAT-147/09, de 27-07-2009, que disciplina os procedimentos a serem adotados para fins da Escrituração Fiscal Digital - EFD pelos contribuintes do ICMS

	<u>PORTARIA CAT 00135, DE 18-12-2014</u> Estabelece procedimentos para pedido, emissão e obtenção de certidão negativa ou positiva de débitos tributários não inscritos na dívida ativa e fixa prazo de validade para os documentos expedidos
Meio Ambiente (SMA)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SMA 99, DE 18-12-2014</u> Aprova o Plano de Ação Emergencial do Monumento Natural (MoNa) Pedra do Baú
Planejamento e Desenvolvimento Regional (SPDR)	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (DETRAN) <u>PORTARIA DETRAN-1767, DE 19-12-2014</u> Altera a Portaria Detran 540, de 15-04-1999 [...] Artigo 1º - Alterar a redação do § 5º do artigo 2º, do "caput" do artigo 61, acrescentando-lhe incisos de I a V, e do parágrafo único do artigo 69, da Portaria DETRAN 540, de 15-04-1999, que Regulamenta o registro e o funcionamento dos Centros de Formação de Condutores e estabelece os procedimentos necessários para o processo de habilitação, normas relativas à aprendizagem e exames de habilitação. Artigo 2º - As disposições legais de que trata o artigo 1º desta Portaria passam a ter a seguinte redação: I - o parágrafo 5º do artigo 2º: "§ 5º - Os Centros de Formação de Condutores "B" e "A/B" somente poderão se destinar ao ensino de prática de direção veicular para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida quando dispuserem de veículos especialmente adaptados para esse fim e devidamente cadastrados junto ao DETRAN-SP". (NR) [...]
Segurança Pública (SSP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SSP/CC Nº 01, DE 26-12-2014</u> Dispõe sobre a criação do Gabinete Metropolitano de Gestão Estratégica de Segurança Pública da Região Metropolitana de Sorocaba, e dá providências correlatas
Universidade de Campinas (UNICAMP)	REITORIA <u>RESOLUÇÃO GR-45, DE 10-12-2014</u> Dispõe sobre a realização da avaliação institucional por membros externos referente ao período de 2009 a 2013 nos Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa
Universidade de São Paulo (USP)	REITORIA → Gabinete do Reitor (GR) <u>RESOLUÇÃO USP-7.036, DE 17-12-2014</u> Dispõe sobre o benefício da licença às servidoras gestantes, docentes ou técnicas-administrativas, celetistas ou autárquicas, vinculadas ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS), bem como aos servidores que adotam criança <u>RESOLUÇÃO USP-7.035, DE 17-12-2014</u> Dispõe sobre a inovação tecnológica na Universidade, disciplinando os procedimentos para proteção da propriedade intelectual,

	transferência de tecnologia, licenciamento e cessão, bem como medidas de gestão e apoio respectivas e critérios para repartição dos resultados, além do apoio a empresas nascentes de base tecnológica
Universidade Estadual Paulista (UNESP)	REITORIA <u>RESOLUÇÃO UNESP-87, DE 18-12-2014</u> Dispõe sobre a revalidação de diplomas de graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior
Defensoria Pública do Estado (DPE)	CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO (CSDP) <u>DELIBERAÇÃO CSDP-307, DE 19-11-2014</u> Altera a Deliberação CSDP 10, de 30-06-2006, que estabelece regras para a realização do concurso de ingresso na Carreira de Defensor Público do Estado DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO (DPG) <u>ATO DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, DE 19-12-2014</u> Dispõe sobre o edital referente ao Concurso de Promoção para os Defensores Públicos ocupantes dos cargos de Nível II para o Nível III da Carreira de Defensor Público do Estado, relativo ao ano de 2014 <u>ATO DO PRIMEIRO SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, RESPONDENDO PELO EXPEDIENTE DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL, DE 12-12-2014</u> Dispõe sobre o edital referente ao Concurso de Promoção para os Defensores Públicos ocupantes dos cargos de Nível IV para o Nível V da Carreira de Defensor Público do Estado, relativo ao ano de 2013
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
20/12/2014	PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO <u>PROPOSTA DE EMENDA Nº 9, DE 2014, À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO</u> Dá nova redação aos artigos 20, 94 e 254 da Constituição do Estado de São Paulo. MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR <u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1073, DE 2014</u> Mensagem A-nº 151/2014, do Senhor Governador do Estado [...] De iniciativa parlamentar, a propositura autoriza o Poder Executivo a instituir a Política Estadual de Participação Social - PEPS e o Sistema Estadual de Participação Social - SEPS. [...] <u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 608, DE 2013</u> Mensagem A-nº 150/2014, do Senhor Governador do Estado [...] De iniciativa parlamentar, a propositura proíbe o uso de munição de elastômero (bala de borracha) pelos policiais da Polícia Militar e da Polícia Civil deste Estado (artigo 1º). [...]

19/12/2014	DECRETO LEGISLATIVO <u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.466, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Considera regulares e aprova as contas anuais apresentadas pelo Senhor Chefe do Poder Executivo relativas ao exercício econômico-financeiro de 2013. <u>PROJETO DE LEI Nº 1435, DE 2014</u> Dispõe sobre a reserva de vagas para travestis, mulheres transexuais e homens transexuais nas empresas privadas que receberem incentivos fiscais do Estado de São Paulo, e dá disposições correlatas. <u>PROJETO DE LEI Nº 1434, DE 2014</u> Institui a Política Estadual de Incentivo à Permanência de Jovens e Adultos no Meio Rural através da Qualificação da Oferta Educacional e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 1433, DE 2014</u> Determina a cobrança fracionada proporcional ao tempo utilizado, após a primeira hora, pelo estacionamento de veículos de pacientes e acompanhantes nos estabelecimentos de saúde estaduais e particulares, independente de sua administração, direta ou por concessão. <u>PROJETO DE LEI Nº 1432, DE 2014</u> Revoga a Lei nº 9.084, de 17 de fevereiro de 1995. [...] A Lei Estadual nº 9.084, de 17 de fevereiro de 1995, dispõe sobre a criação de Cooperativa de Crédito pelas Entidades de Classe dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo. A referida lei, desde sua origem, foi objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIN, em 1996, de autoria do então Governador do Estado de São Paulo, Mário Covas, [...]
18/12/2014	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 1431, DE 2014</u> "Altera a Lei nº 13.747, de 7 de outubro de 2009. [...] Artigo 1º - Acrescente-se ao artigo 1º da Lei nº 13.747, de 7 de outubro de 2009, o Parágrafo único, com a seguinte redação: Parágrafo único - Caso o consumidor, manifeste, expressamente, que a realização dos serviços ou entrega dos produtos pode ser antecipada, ou ocorrer em qualquer turno, os fornecedores poderão efetivar as obrigações contratadas nos períodos e dias disponíveis, desde que esta informação seja previamente esclarecida ao consumidor. (NR). [...] TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) COMUNICADO SDG nº 031/2014 No ultimo dia 16 de outubro este Tribunal de Contas do Estado de São Paulo lançou oficialmente o Índice de Efetividade da Gestão

	Municipal – IEGM, na ocasião demonstrou-se que esse trabalho inédito no âmbito das Cortes de Contas destina-se ao aprimoramento eficaz para o direcionamento da fiscalização, será meio de consulta permanente para o exercício da cidadania e, principalmente, relevante instrumento de orientação para a eleição e prioridades na gestão dos recursos públicos. Por esses motivos é de capital importância que as Prefeituras Municipais atendam com o máximo empenho a orientação deste Tribunal no preenchimento do questionário que estará disponível a partir de 5 de janeiro no Sistema Audesp no Menu “Governança”. O período de coleta e informações será de 5 de janeiro a 28 de fevereiro de 2015 e a partir de 1º de março até 30 de março de 2015 iniciar-se-á o processo de validação dessas informações, oportunidade em que as equipes de fiscalização percorrerão todas as Prefeituras jurisdicionadas. Entre 1º a 15 de abril serão produzidos os relatórios correspondentes. Trata-se, portanto, de importante missão que dependerá em tudo de plena participação de todas Prefeituras Municipais jurisdicionadas a esta Corte. Dúvidas e esclarecimentos serão resolvidos pelo canal “Fale Conosco do Sistema AUDESP”. SDG, 30 de outubro de 2014. SÉRGIO CIQUERA ROSSI SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL DOE, Legislativo, 18/12/2014, p. 77
17/12/2014	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 1429, DE 2014</u> Dispõe sobre a inserção do tipo sanguíneo e o fator RH, na cédula de identidade, na forma que menciona. <u>PROJETO DE LEI Nº 1428, DE 2014</u> O Poder Executivo poderá criar uma unidade de OPO - Organização de Procura de Órgãos e Tecidos em Presidente Prudente. <u>PROJETO DE LEI Nº 1426, DE 2014</u> Autoriza o poder executivo mediante uso dos órgãos competentes, especialmente a Fundação Prefeito Faria Lima (CEPAM), a concessão de assistência técnica e financeira à modernização, informatização e digitalização dos documentos relativos à gestão municipal no âmbito do estado de São Paulo. TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) COMUNICADO SDG nº 031/2014 No último dia 16 de outubro este Tribunal de Contas do Estado de São Paulo lançou oficialmente o Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM, na ocasião demonstrou-se que esse trabalho inédito no âmbito das Cortes de Contas destina-se ao aprimoramento eficaz para o direcionamento da fiscalização, será meio de consulta permanente para o exercício da cidadania e, principalmente, relevante instrumento de orientação para a eleição e prioridades na gestão dos recursos públicos. Por esses motivos é de capital importância que as Prefeituras Municipais atendam com o máximo empenho a orientação deste Tribunal no preenchimento do questionário que estará disponível a partir de 5 de janeiro no Sistema Audesp no Menu “Governança”. O período de coleta e informações será de 5 de janeiro a 28 de fevereiro de 2015 e a partir de 1º de março até 30 de março de

	2015 iniciar-se-á o processo de validação dessas informações, oportunidade em que as equipes de fiscalização percorrerão todas as Prefeituras jurisdicionadas. Entre 1º a 15 de abril serão produzidos os relatórios correspondentes. Trata-se, portanto, de importante missão que dependerá em tudo de plena participação de todas Prefeituras Municipais jurisdicionadas a esta Corte. Dúvidas e esclarecimentos serão resolvidos pelo canal "Fale Conosco do Sistema AUDESP". SDG, 30 de outubro de 2014. SÉRGIO CIQUERA ROSSI SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL DOE, Legislativo, 17/12/2014, p. 45 COMUNICADO GP Nº 01/2014 Processo Eletrônico – e-TCESP O Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo comunica que devido à suspensão do expediente (Ato GP nº 01/2014, publicado no D.O.E. de 15 de janeiro de 2014), o Sistema de Processo Eletrônico estará indisponível das 17h00 do dia 17/12/2014 às 08h00 do dia 05/01/2015. Também estarão indisponíveis no período as consultas processuais do Portal e-TCESP. Publique-se. GP, 16 de dezembro de 2014. EDGARD CAMARGO RODRIGUES PRESIDENTE DOE, Legislativo, 17/12/2014, p. 45
16/12/2014	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 1425, DE 2014</u> Dispõe sobre o subsídio do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado para o exercício financeiro de 2015. <u>PROJETO DE LEI Nº 1424, DE 2014</u> Autoriza o Poder Executivo a criar o "Programa de Desoneração Parcial do IPVA aos Usuários das Rodovias Concessionadas do Estado de São Paulo", através da devolução de parte dos valores pagos por tarifa de pedágio. <u>PROJETO DE LEI Nº 1421, DE 2014</u> Autoriza o Poder Executivo a desapropriar, para fins ambientais e culturais, terreno para incorporação ao "Parque Burle Marx", na Capital do Estado.
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
19/12/2014	<u>DECRETO Nº 55.810, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Altera os artigos 47 e 48 do Decreto nº 55.392, de 12 de agosto de 2014, que regulamenta a Lei nº 15.893, de 7 de novembro de 2013.
16/12/2014	<u>DECRETO Nº 55.790, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Dispõe sobre a utilização de ciclovias, ciclofaixas e locais de tráfego compartilhado.

--	--

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Maria Auxiliadora Evangelista
mevangelista@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Casa Civil do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107